

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DINÂMICAS AGRÁRIAS NA REGIÃO DOS EIXOS RODOFERROVIÁRIOS, MARANHÃO

Willian Carboni Viana¹

¹Docente – Instituto Federal do Acre Campus Sena Madureira
Pós-Doutorando na Universidade Federal do Amazonas

willian.viana@ifac.edu.br

Isidoro Oliveira Filho²

²Pesquisador – Instituto Histórico e Geográfico de Arari

isidorooliveirafilho@yahoo.com.br

José Cleilson Fernandes³

³Pesquisador – Instituto Histórico e Geográfico de Arari

cleilsonfernandes@gmail.com

AT15: Outros.

Introdução: A estrutura fundiária brasileira caracteriza-se por processos históricos que consolidaram a concentração de terras e a desigualdade no acesso à propriedade rural. Desde o período colonial, o sistema de sesmarias estabeleceu a base dessa aglutinação, que, dentre outros fatores, foi reforçada pela Lei de Terras de 1850, pela política de imigração europeia e colonização dirigida no final do século XIX, pela expansão das fronteiras agrícolas e, ainda, pelas políticas de modernização do campo melhor encadeadas a partir dos anos 1960. No Maranhão, a Região dos Eixos Rodoferroviários, situada no Centro-Norte do estado, se destacou por suas dinâmicas agrárias marcadas pela coexistência, contrastante, entre grandes estabelecimentos agropecuários/monoculturas e pequenas propriedades camponesas. **Objetivo:** O estudo analisou a estrutura agrária da região entre 1970 e 2020, com foco na distribuição de terras, na condição fundiária dos produtores, na relação entre o tamanho das propriedades e o perfil étnico-racial dos proprietários/administradores, bem como nos projetos de assentamento. **Metodologia:** A investigação adotou uma abordagem quali-quantitativa, caracterizando-se como estudo de caráter descritivo e exploratório. O estudo fundamentou-se em fontes secundárias, com ênfase na pesquisa de dados censitários e institucionais, contextualizados a partir de literatura especializada, levantada em revistas, periódicos indexados, livros relevantes sobre o assunto e outras publicações de cunho científico. Foram examinadas as variações no número de estabelecimentos rurais por tamanho (classificados como pequenos, < 20 ha; médios, 20-200 ha; e grandes, > 200 ha), as condições de posse da terra e a evolução do Índice de Gini (junto de outras variáveis) para se medir a desigualdade do estrato fundiário, tendo como critério de concentração a classificação proposta por Câmara (1949). **Resultados:** Em 1970, as pequenas propriedades representavam 97% dos imóveis rurais, mas ocupavam apenas 6,1% da área total de terras, enquanto os grandes estabelecimentos correspondiam a 1,5% das propriedades e concentravam 86,2% das terras. Em 2018, as pequenas propriedades representavam 83,2% dos imóveis e ocupavam 6,6% da área total, enquanto as médias correspondiam a 13,5% e ocupavam 29,9%. Já as grandes propriedades representavam 3,3% dos estabelecimentos rurais, mas concentravam 63,5% da terra. O total de estabelecimentos cresceu entre 1970 e 1980, de 2.970 para 21.427, mas retraiu nos censos seguintes, chegando a

6.156 propriedades em 2018, distribuídas em 168.431 hectares. A distribuição fundiária evidencia desigualdades étnico-raciais na posse da terra. Pequenas propriedades são majoritariamente administradas por produtores pardos, que representam 65,5% do total, seguidos por pretos, com 17,2%, e brancos, com 16,7%. Nas médias propriedades, os pardos ainda predominam, com 55,2%, mas os brancos aumentam sua participação para 30,2%. Já nas grandes propriedades, os brancos são maioria, com 48%, enquanto os pardos representam 45,6% e os pretos, 5,6%. Esse padrão contrasta com a composição populacional da região, onde os brancos representavam 23,6% da população em 2010, mas detinham a maior parcela das terras. Desde 1995, assentadas 6.649 famílias por projetos da Reforma Agrária (INCRA, 2020). Atualmente, o estrato fundiário predominante na região é composto por estabelecimentos de até 20 ha (IBGE, 2018). **Conclusão:** Observa-se que ocorreram transformações nas dinâmicas territoriais, mas verifica-se também a persistente rigidez histórico-estrutural da concentração fundiária. Pequenas propriedades seguem numerosas, porém com pouca representatividade territorial e étnico-raciais, enquanto os médios e grandes estabelecimentos expandiram seus domínios; revelando as circunstâncias nas quais os mecanismos institucionais sustentam o regime concentracionista.

Palavras-chave: Desigualdade socioespacial; Estrutura fundiária; Índice de Gini; Maranhão.

Simple.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Instituto Histórico e Geográfico de Arari (IHGA), à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Vitória do Mearim e ao Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Arari (gestão 2016-2020). Agradecem, igualmente, ao Secretário de Agricultura e Abastecimento de Vitória do Mearim, Elierto Pitoni (2016-2020), e ao Professor Adenildo Costa Bezerra, pelos cálculos estatísticos que viabilizaram este estudo.